

REAJUSTE JÁ!

Universidades guardam dinheiro com arrocho

Fabiana Ribeiro



As atividades presenciais na Unicamp foram suspensas em 12 de março de 2020, e com isso muitas despesas de custeio foram reduzidas.

A LC (Lei Complementar) 173/2020, conhecida como a “lei do congelamento”, que também suspendeu a contagem de tempo de quinquênio, sexta parte e licença prêmio, fez com que as três universidades ficassem praticamente dois anos sem novas

contratações, sem reajuste salarial e sem o crescimento da folha de pagamento.

Essa falta de investimentos fez com que a USP, Unicamp e Unesp economizassem recursos que hoje estão em caixa.

O comprometimento com folha em 2021 foi o menor da história, desde a autonomia de 1989.

As universidades estaduais paulistas iniciaram o ano de 2022 com bastante recurso, e além disso, esse período de retomada é um momento no qual a inflação impactou muito nas receitas. Então além de ter dinheiro em caixa, tem ainda uma inflação que reflete na arrecadação.

Dinheiro tem, queremos nossa reposição salarial já!

As receitas continuam crescendo acima da inflação, e se levarmos em conta que tem uma reserva até abril/2022 estimada em R\$ 7 bilhões

das três universidades estaduais paulistas, os 20,99% que estamos pedindo de reposição salarial não vai impactar significativamente a folha de pagamento.

A arrecadação de janeiro a maio deste ano teve um crescimento de 17%. No mês de maio de 2022, comparado com maio de 2021, o aumento foi de 19,45%.

Isso significa que tem recurso para pagar a reivindicação que o Fórum das Seis está solicitando ao Cruesp para recompor as perdas salariais de maio de 2012 até hoje.

A LC 173 travou as despesas nas universidades, que fizeram caixa e consequentemente ocasionaram um arrocho salarial enorme nesse período. E mesmo com o reajuste de 20,67% que tivemos agora, não houve impacto significativo no comprometimento com folha, porque a arrecadação continua crescendo, em torno de 20% ao ano.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO ICMS



A Constituição de 1934 criou o IVC que era um imposto sobre vendas e consignações, que tinha incidência em toda a cadeia mercantil, impactando o preço integral das mercadorias e serviços.

Em 1965 uma Emenda Constitucional criou o ICM substituindo o IVC. O ICM passaria a incidir apenas sobre o lucro.

Com a Constituição Federal de 1988 surgiu o ICMS que eliminou os antigos impostos especiais de incidência única e de competência federal.

ICMS é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação.

No preço de compra ou venda da mercadoria ou do serviço prestado já está embutido o valor do ICMS e cada estado tem uma taxa diferente correspondente ao tributo.

Pela legislação federal, do total da arrecadação do imposto 75% da quota-parte ficam para o Estado e 25% para os municípios.

Para saber mais sobre a relação entre o ICMS e os repasses de recursos para as Universidades, acesse no site do STU [www.stu.or.br] a cartilha “Financiamento das universidades estaduais e data-base 2022”, elaborada pela Adusp.

Golpe do ICMS vai reduzir recursos para Unicamp!



governo federal no estado de São Paulo, até o final do ano, vai resultar em cerca de 1 bilhão a menos para as três universidades, USP, Unicamp e Unesp.

É um impacto muito significativo porque a arrecadação vem crescendo acima da inflação e isso vai gerar uma perda de receita nas universidades.

Além do impacto nas universidades, o caixa do Estado de São Paulo vai

conta vai pesar sobre os municípios. O governo federal está transferindo para o colo dos governadores a sua culpa, porque eles vão ter que se virar com a retirada desses recursos. Os municípios recebem cerca de 25% do que é arrecadado com o ICMS, e com esse dinheiro os prefeitos investem nas cidades, pagam salários de professores municipais, agentes comunitários de saúde, merenda escolar, tentam construir e melhorar postos de saúde, entre outros. Então cortar o ICMS dos combustíveis representa cortar recursos desses serviços básicos.

O que influencia no preço dos Combustíveis

O corte do ICMS não resolve a questão do preço dos combustíveis. O que causa essa elevação é o alto preço do barril do petróleo lá fora, a instabilidade do dólar, o custo de extração, a concorrência dos postos de combustíveis e os impostos. Essa manobra política pode enganar a inflação agora, mas como ela só vale até dezembro, em janeiro temos uma grande chance de voltar a escalada inflacionária.

Na mesma notícia no site do jornal Folha de São Paulo, do dia 27/06, o governador diz que prevê dificuldades a partir de 2023, e por isso, vai continuar brigando por uma compensação federal para essa perda de arrecadação, que atinge estados e municípios, comprometendo investimentos em saúde e educação.

CRUESP guardou dinheiro e não investiu no trabalhador

Então pode-se dizer que o CRUESP ficou guardando dinheiro e não investiu no trabalhador.

Agora com esse golpe do Bolsonaro para tentar se reeleger, as universidades estaduais terão seu orçamento cortado e novamente o trabalhador irá pagar a conta.

O que realmente tem por trás do projeto que limita o ICMS sobre os combustíveis?

O ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços) é a maior fonte de arrecadação estadual, e é com esse dinheiro que os governadores pagam os salários de professores, médicos, policiais e funcionários estaduais.

Como o corte do ICMS vai atingir as Universidades

O impacto do corte proposto pelo

sofrer uma perda de R\$ 4,4 bilhões na arrecadação em 12 meses (segundo o jornal Folha de São Paulo em matéria dia 27/06 sobre a redução do ICMS de gasolina para 18%).

Governo Bolsonaro está transferindo sua culpa para Governadores

Para a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) esse projeto é “um ato extremo de irresponsabilidade fiscal e social”, justamente porque a

FESTA JULINA DOS APOSENTADOS



A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do STU está organizando um arraiá para 08/07, às 14h, na sede do Sindicato.

Após dois anos de pandemia vamos nos reunir novamente e festejar com pipoca, quentão e docinhos julinos.

Para venda teremos cachorro-quente, bingo beneficente, e muita animação com música e danças que fazem parte dessa cultura.

Também haverá um espaço de autógrafos do livro Arca Literária, escrito pelas trabalhadoras da Unicamp Catarina Comoli Moura e Maria da Conceição Francelino.

O livro é comercializado a R\$ 60 e poderá ser adquirido no local.

Venha festejar conosco!

Sustento das três universidades estaduais paulistas depende da arrecadação de ICMS

Desde a década de 1970, antes mesmo da conquista da autonomia universitária, decretada em 1989, as entidades representativas dos docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes já lutavam por mais recursos e financiamento adequado para a USP, Unesp e Unicamp.

Quando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial e financeira das Universidades Estaduais foi conquistada, o repasse da arrecadação do ICMS foi fixado em 8,4%. Em 1992 esse índice subiu para 9% e, em 1995, foi para 9,57%.

Dentro desses 9,57%, chamado de Quota-Parte Estado (ICMS-QPE), o percentual recebido pela USP é 5,0295%; a Unesp de 2,3447% e a Unicamp de 2,1958%.

A autonomia universitária estabeleceu que as negociações salariais, a discussão sobre carreira, financiamento das universidades, política para a educação e demais temas deveriam ser feitas diretamente entre os então recém-criados Cruesp e Fórum das Seis.

Vale lembrar também que, na data-base de maio de 1991, o Fórum das Seis garantiu que as negociações deveriam ser realizadas anualmente em maio e outubro.

Esses avanços importantes são frutos de muita luta das entidades que congregam o Fórum das Seis dos quais não abrimos mão.

Ampliação dos recursos

Neste momento, o repasse para as três estaduais paulistas está estagnado em 9,57%, apesar da expansão do número de campi e do aumento significativo do número de alunos de graduação e pós-graduação.

Mesmo sabendo que as Universidades estão numa situação confortável, no que diz respeito ao Orçamento, especialmente, o comprometimento com a folha de pagamento, há décadas lutamos incansavelmente pela ampliação do

financiamento.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis já apresentou propostas de emendas à LDO/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reivindicando o aumento do repasse às Universidades Estaduais.

As propostas foram protocoladas por deputados do PT, do PSOL e do PCdoB.

A LDO define qual percentual do orçamento estadual será destinado às universidades estaduais paulistas e as diretrizes orçamentárias para os demais setores públicos no ano seguinte.

São mais de 30 anos que o Fórum das Seis defende de forma intransigente mais verbas para as Universidades. Mas só de 2014 para cá, sob muita pressão, o Cruesp passou a defender a proposta do Fórum de aumento do financiamento das instituições.

COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS COM FOLHA DIMINUI À MEDIDA QUE A ARRECADAÇÃO CRESCE

Em maio deste ano a arrecadação do ICMS teve um crescimento de 19,45% em comparação a maio/2021. Já o acumulado de janeiro a maio de 2022 foi de R\$ 61,512 bi, o que corresponde a 17,05% a mais que o acumulado no mesmo período de 2021, que havia atingido R\$ 52,55 bi.

Em maio deste ano, a média de comprometimento acumulada com a folha de pagamento nas três Universidades Paulistas Estaduais ficou em torno de 68,50% (confira no quadro).

O comprometimento do repasse de ICMS, fonte principal dos recursos, com a folha de pagamento teve uma subida mínima, mantendo-se abaixo dos 70% previstos.

O curioso é que mesmo com o reajuste de 20,67%, aplicado em março passado, o impacto gerado na folha de pagamento das Universidades foi mínimo.

A previsão de arrecadação de ICMS feita pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, utilizada pelas reitorias para elaborar os orçamentos das três universidades, estima um total de R\$ 142,873 bilhões em 2022, valor que provavelmente será superado.

Segundo o Fórum das Seis, os anos de arrocho salarial somados a esses bons resultados da arrecadação – que tem se acumulado desde após o quarto mês do início da pandemia – levaram as Universidades a uma situação financeira muito confortável.

Há quase 80 dias aguardamos o agendamento da reunião de negociação da nossa pauta de reivindicações.

Não sabemos o porquê dos reitores fugir da mesa de negociação, mas o reajuste é necessário para recompor as nossas perdas salariais e, ao contrário do que dizem, não vai derrubar as finanças das Universidades.

Queremos 20,99% já!

COMPROMETIMENTO ACUMULADO COM FOLHA				
	Unesp	Unicamp	USP	Média (3 univ.)
Jan/22	63,03%	66,27%	63,84%	64,20%
Fev/22	66,64%	70,67%	65,89%	67,17%
Mar/22	67,02%	71,80%	66,08%	67,62%
Abr/22	67,02%	71,99%	67,16%	68,24%
Mai/22	66,1%	72,22%	67,66%	68,50%

Fonte: Fórum das Seis

É nesta sexta, 1º/7, 14h, na USP

“Política de C&T e mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa”

Seminário promovido pelo Fórum das Seis e Regional SP do Andes será presencial e online. Em debate, os impactos do MLCTI e da criação dos fundos patrimoniais

O Fórum das Seis e a Regional SP do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes-SN convidam a comunidade acadêmica e todos/as os/as interessados/as para o seminário “Política de Ciência e Tecnologia e mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa”, a ser realizado na sexta-feira, 1º/7/2022, das 14h às 18h30. A atividade será presencial, no Auditório Abraão de Moraes, IF-USP, campus Butantã, e também terá transmissão ao vivo pelo YouTube.

O objetivo é prosseguir o debate sobre os impactos e desdobramentos do **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Informação (MLCTI)**, criado pela Lei 13.243/2016.

O assunto será abordado em duas mesas, pelos/as seguintes convidados/as:

→ Mesa 1 – 14 às 15h30

Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) e Fundos Patrimoniais (endowments), com apresentações de:

- Érico Lopes Pinheiro de Paula (tese defendida sobre o MLCTI na UFSCar em 2021, que pode ser conferida em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14703>);
- Viviane Queiroz (tese defendida sobre Fundos Patrimoniais na UERJ em 2021, com síntese em artigo na Revista Universidade e Sociedade, nº 69, de jan.-abr./2022: https://www.andes.org.br/img/midias/5795ea58b299296937a51ab2dd8b9599_1648668989.pdf).

→ Mesa 2 – 16h às 17h30

Possíveis decorrências da implantação do MLCTI e dos Fundos Patrimoniais no país, incluindo a alegada ênfase na inovação de teor mercantil, pretensamente inexorável, buscando entender as conexões entre tais políticas e as formas de combater suas decorrências negativas. Com falas de:

- Marcos Barbosa de Oliveira (professor na FE-USP, aposentado, que pode ser consultado em <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/em-busca-de-uma-alternativa-ao-inovacionismo/>);
- Otaviano Helene (docente aposentado do IF-USP, que pode ter suas publicações lidas no “Meu blog de política e educação”, disponível em: <http://blogolitica.blogspot.com/>).

Como participar

Interessados/as em participar presencialmente devem consultar suas respectivas entidades para conferir meios de transporte disponíveis. A transmissão ao vivo será feita pelos canais do YouTube da Adusp (<https://youtu.be/LgroUT84fbI>) e do Andes-SN (<https://youtu.be/eGqxVYU-3oY>)

Algumas publicações do Andes-SN sobre o MLCTI

Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) – riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil, de março/ 2017
<https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1508946885>

Cadernos Andes, nº 28, de janeiro de 2018
Neoliberalismo e política de C&T no Brasil – balanço crítico (1995-2016)
<https://www.andes.org.br/midias/downloads/126/>

Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública – recursos existem, mas vão para o pagamento da dívida pública, de junho/2018
<https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1877498921>

Publicações do MCTP - Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública
(<https://ctpublica.wordpress.com>)

Outras dicas

O Fórum das Seis e o Andes Regional SP sugerem, também, conhecer o livro de Maria Caraméz Carlotto (docente na UFABC convidada para o Seminário, mas que não poderá comparecer):

Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo, São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.